



Breve caracterização das diplomacias presidenciais Angolanas (parte 1)

1- Nota Introdutória

O ensaio que se apresenta tem por base um texto elaborado para uma Palestra/Aula-aberta proferida, via Webinar, em 21 de Maio de 2020, para a área da História da África, na Unidade Curricular Optativa: "Áfricas em Movimento: Sons, Textos e Imagens", da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Paulo, Brasil, cujo tema foi "Angola como potência regional e a diplomacia de proximidade em África - entre 1975 e 2020" do qual foram extraídos resumos dos diapositivos (slides) apresentados, durante a aula-aberta, e colocados no site acadêmico Academia.edu (Almeida, 2020). Posteriormente houve uma pequena "atualização" para a actual política angolana face aos EUA.

2- Introdução

O tema inicial abordava Angola, enquanto possível potência Regional e a qualificação da diplomacia presidencialista angolana assenta nas sendas político-diplomáticas de 3 (três) dos 4 (quatro) Presidentes que, desde 1975, têm governado os destinos políticos e diplomáticos de Angola: António Agostinho Neto (mandato entre 1975 e 1979), José Eduardo dos Santos (1979-2017) e João Manuel Gonçalves Lourenço (2017-) optaram pelo tempo e por uma diplomacia externa próprios.

Entre o passamento físico de Neto (10 de Setembro de 1979) e a tomada de posse de Eduardo dos Santos (21 de Setembro de 1979) o país esteve sob uma presidência colegial liderado por Lúcio Lara, segundo uns, ou por Ambrósio Lukoki, segundo outros; na realidade a presidência era, de início, uma Tetrarquia (composta por Lúcio Lara apoiado por Pedro Maria Tonha «Pedalé», Ambrósio Lukoki e Pascoal Luvualo), a que se seguiu uma Pentarquia com entrada do, então, Major José Eduardo dos Santos - e que se manteve entre 11.Set.1979 e 20.Set.1979). A História e os historiadores ainda não conseguiram - ou não se entenderam conseguir - chegar a uma conclusão viável.

É este tipo de diplomacia externa, ainda que, como adiante se verá com algum impacto interno, que se procura decodificar e que, enquanto autor, houve a preocupação de dar uma identificação inédita, tão mais próxima possível da realidade, porque cada um dos Presidentes Angolanos teve uma visão político-diplomática própria que se foi qualificando ao longo dos 45 anos de poder maioritário do partido no poder, o Partido MPLA(1), de que, cada um deles, é igualmente, presidente.

Após a independência, Angola viu-se entre dois actores que dominavam a cena política global, os EUA e a União Soviética (URSS) e, com estes, a necessidade de, também, se ver perante menores potenciais players protagonistas que apoiavam cada uma das duas superpotências e, através destas, os contendores político-militares que se contendiam em Angola, m particular as que tinham como opositores os antigos movimentos emancipacionistas..

Angola tornou-se, à época, no "perfeito palco africano do complexo jogo e xadrez das duas superpotências em África" (Almeida, 2011, 43-44) e, como afirmou Margaret Anstee, antiga representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, em Angola, na perfeita "vítima da

guerra-fria" (Almeida, 2011, 82 & Moreira, 1992).

Na realidade, estas contendas, entre os 3 movimentos emancipacionistas angolanos - FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) -, não começaram após a independência, mas bem antes da mesma e nela tanto se digladiavam entre si, como entre o MPLA e a coligação FNLA/UNITA (Almeida, 2010, Almeida, 2011, 42, Gourgel, 2000, 16 & Cardoso, 2001)

Com o domínio político e o acolhimento e o reconhecimento político de muitos países, alguns até da chamada área ocidental - aqui de registar que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a República Popular de Angola (RPA) declarada em 11 de Novembro de 1975, em Luanda, imediatamente antes de Cuba e da República Popular do Congo (Congo-Brazza) -, mas com particular incidência junto dos países da chamada "via socialista" e dos Não-Alinhados ou países dos 3 A (África, América Latina e Ásia), o Governo imposto pelo MPLA e a "sua República" tiveram de procurar cimentar esta em África assente na célebre frase de António Agostinho Neto "Angola é e sempre será por vontade própria, a trincheira firme da revolução em África" (Neto,

Entre o passamento físico de Neto (10 de Setembro de 1979) e a tomada de posse de Eduardo dos Santos (21 de Setembro de 1979) o país esteve sob uma presidência colegial liderado por Lúcio Lara, segundo uns, ou por Ambrósio Lukoki, segundo outros...

1985).

A RPA era apoiada por menos de metade dos Estados Africanos, dado que uma parte, cerca de uma dezena, apoiou a declaração unilateral de independência proferida pela UNITA e FNLA (Almeida, 2010), enquanto a restante, talvez a maioria dos Estados africanos, agregados na então OUA, tal como a maioria dos países Ocidentais, incluindo Portugal, a antiga potência colonial, optaram por, somente, reconhecer a independência de Angola, sem apoiarem qualquer uma das facções em presença nos teatros políticos e operacionais angolanos.

3. Angola e a diplomacia de proximidade Como já foi referido anteriormente Angola só teve, e tem até ao presente, ao longo dos 45 anos de independência, 3 presidentes, Agostinho Neto, Eduardo dos Santos e João Lourenço e, cada um, ainda que sempre sob as linhas mestras determinadas pelos diferentes Congressos do partido que, igualmente, lideram, têm mostrado independência suficiente, para cada um e de per si, determinar a linha político-diplomática por que enveredaram aos longo dos seus mandatos.

Face a isso qualificou-se as respectivas linhas político-diplomáticas como segue:

A diplomacia "revolucionária" de António

Agostinho Neto

A diplomacia "collation" de José Eduardo dos Santos

A diplomacia "give-and-take" de João Lourenço Define-se, previamente, como caracterizei cada uma das últimas definições: Collation ou cotejo (confrontação) e capacidade de colectar apoios fornecidos; já Give-and-take é, ou pode ser definido como, a capacidade de fazer compromissos, de conseguir fazer e obter concessões mútuas, através da acção ou processo de consultas e, ou, discussão formal com seus pares,

3.1. A diplomacia "revolucionária" de Agostinho Neto

Sem luta armada não existe vigor na luta de libertação.

E, do nosso ponto de vista, é preciso intensificar imediatamente o apoio à luta de libertação do povo da África do Sul, porque o povo deste país irmão é daqueles que mais tem sofrido a humilhação provocada pela segregação social, política, de classe e racial.

(Neto, 1985)

Ao longo do seu mandato, tornou-se evidente que a vontade político-diplomática de Agostinho Neto visava em afirmar a RPA no contexto das Nações, assente no princípio de que Angola seria um pilar da solidariedade revolucionária em África, no desmembramento da "união UNITA-FNLA" e da proximidade da UNITA às forças sul-africanas (políticas e militares) do apartheid, o que, na sua percepção, permitiriam que a recém-diplomacia de Luanda, se fortalecesse e se tornasse num dos principais factores para alavancar Angola no contexto internacional.

Se "Angola é e sempre será por vontade própria, a trincheira firme da revolução em África" foi o principal mote para a diplomacia de Neto - esta frase tanto serviu de divisa para as futuras relações externas de Angola, assentes no princípio do revolucionarismo global -, também procurava afirmar, internamente, que Angola seria sempre um país onde a solidariedade africana seria o princípio geral da governabilidade e das políticas do consulado de Agostinho Neto.

As principais linhas de força da diplomacia de Neto assentaram, ao longo do seu relativo curto consulado (1975-1979, na consolidação da RPA no concerto das Nações, principalmente com as repúblicas de cariz socialista - estas, em grande parte, cimentadas quer devido ao relativo ostracismo que o Ocidente se perfilou perante a declaração "unilateral" das duas Repúblicas (Almeida, 55-59) e que se afirmaram com a crise interna do denominada "Processo 270577" (Michel, 2007) -, com os não-alinhados, e, principalmente, junto dos Estados Africanos mais "revolucionários" ou cuja governação assentava na matriz político-governativa soviética.

Com a morte de Agostinho Neto e a ascensão de Eduardo dos Santos à frente da direcção do partido e do Governo de Angola desde 1979 e até ao fim da guerra fratricida em Angola, em 2002, a diplomacia angolana teve um maior e mais forte estímulo.

Continua



Breve caracterização das diplomacias presidenciais Angolanas (parte 2)

3.2. A diplomacia "collation" de José Eduardo dos Santos

As linhas mestras das relações externas dos Governos de José Eduardo dos Santos, numa primeira fase passaram por ser uma diplomacia de confrontação político-militar, uma diplomacia sob um princípio de afirmação e confrontação – mais esta que a primeira.

Em grande parte, esta diplomacia devia-se à disputa político-militar por que passava Angola, seja internamente com a UNITA, seja com países terceiros, de que se destacam a África do Sul e o Zaire (de Mobutu – por uma questão de harmonização, passará a ser sempre denominado de RDC – República Democrática do Congo), especializaram-se por ser como uma diplomacia de guerra; após a Conferência Quadripartida de New York, que levaram à independência da Namíbia e à saída dos Cubanos de Angola (Almeida, 2010), aliados ao fim da primeira guerra fratricida, em 1992 (Almeida, 2011, 79-87), e, principalmente, após o termo de Savimbi e a assinatura do Protocolo de Paz de 2002, entre as Forças Armadas de Angola (FAA) e as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), milícia armada da UNITA, através do Memorando de Entendimento do Luena(2) (USIP, 2002), e, subsequentemente o fim das hostilidades militarizadas entre a UNITA e o Governo de Luanda.

Posteriormente e com o fim destas hostilidades, a diplomacia externa do Governo de dos Santos passou por especializar numa diplomacia de proximidade e de cooperação.

A estes dois parâmetros político-diplomáticos se define por diplomacia de "collation" ou de cotejo, como a seguir se mostra:

• Se a presidência de Agostinho Neto, nas relações com o exterior, e como já foi referido, se estabeleceu na consolidação da RPA no concerto das Nações, em particular nas de cariz socialista, nos não-alinhados, e, principalmente, junto dos Estados Africanos mais "revolucionários", e que teve continuidade numa primeira fase da presidência de Eduardo dos Santos, até aos Acordos de Paz de Bicesse – uma nota, importante, devido ao falhanço que o assinalou, antes deste Acordo, em Bicesse, houve uma tentativa de conciliação, levada a efeito por Mobutu, em Gbadolite, RDC, onde tanto Eduardo dos Santos, como Jonas Savimbi, se aperceberam das manobras dilatórias e pouco conciliatórias de Mobutu, (Almeida, 2010 & Almeida, 2011, 77-79) o que seria um ponto para o que, mais tarde Eduardo dos Santos protagonizou em termos político-militares-, após estes, começa a emergir uma diplomacia eduardista própria.

Teve o seu principal foco para o fim do consolado de Mobutu com o apoio político, económico e militar aos rebeldes que se opunham ao "Grande Leopardo"

(Mobutu) levando a uma política diplomática de diplomacia de afirmação e confrontação e que se reforçou – talvez e mais concretamente, fortaleceu – após 1992, quando Angola passou a República de Angola, com a II República (Almeida, 2011, 77-87), e contribuiu para o fim do apartheid (Júnior, 2017, 106-08).

• Depois de Bicesse e da sua consolidação na presidência, reforçada com a não conclusão do acto eleitoral presidencial de 1992 (Almeida, 2010), dos

sempre muito aplaudido (Ribas, 2018). Foi uma aproximação nunca bem entendida por Eduardo dos Santos (Alves, 2013: 126-127), ainda que o já então presidente Mandela, na sua primeira oficial "visita de Estado", e a Angola, em Abril de 1998, onde se encontrou com o dos Santos para reconstruir a relação não só com o Governo de Angola, como reconhecer, mais uma vez, a contribuição Angola para a nova África do Sul, ao longo dos anos de conflito, tenha sido muito bem recebido e saudado por Eduardo dos Santos (DW Angola, 2013).

• A transformação das FAPLA em Forças Armadas de Angola (FAA) com incorporação, prevista nos Acordos de Alvor, de partisans da UNITA (as FALA) (Bernardino, 2019b), fortaleceu o poder militar do regime presidencialista de Eduardo dos Santos, projectando esta capacidade dissuasora como veículo diplomático nas relações com a RDC, de Mobutu, em dois confrontos militares importantes:

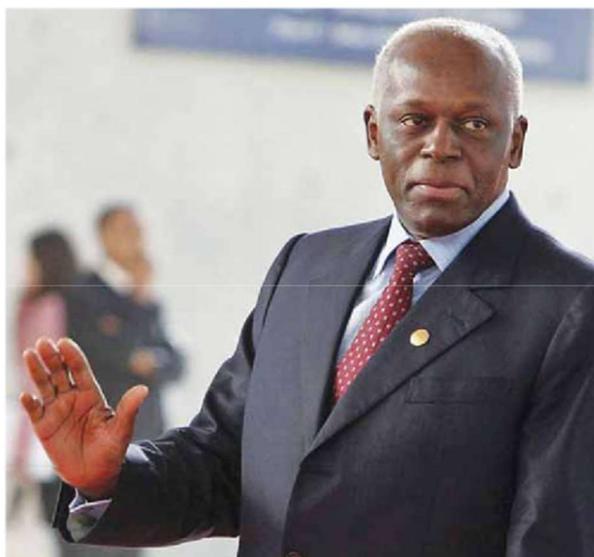
1. Primeira Guerra do Congo (1996-1997) (Thom, 1999, Afoaku, 1999, Clark, 2002 &) foi uma guerra travada na RDC, que tinha o objetivo de derrubar Mobutu Sese Selo (este tinha apoiado e, mais tarde, acolhido, as forças tutsis que levaram por diante o do genocídio ruandês de 1994, além de, e principalmente, continuar a apoiar a UNITA). As forças de oposição a Mobutu eram lideradas pelo líder guerrilheiro Laurent-Désiré Kabila, da Alliance des Forces Démocratiques pour la Libération du Congo-Zaire (AFDL), com o apoio dos países vizinhos (especialmente Angola, Ruanda e Uganda). Após entrar em Kinshasa e receber a presidência, Kabila declarou-se presidente e alterou o nome do país, de Zaire para República Democrática do Congo;

i. Neste conflito participaram, pelo lado de Mobutu: as Forças Armadas do Zaire, com cerca de 50 a 60 mil militares, a UNITA, com 1.000 milícias das FALA e cerca de 100 mil guerrilheiros ruandeses, que incorporavam antigos militares das Forças Armadas do Ruanda do

genocídio ruandês de 1994 e milícias do ALIR na maioria, hutus Interhamwe (este grupo acabou por se juntar e formar, mais tarde as FDLR/Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda); ii. Pelo lado das AFDL, que tinha no terreno cerca de 20 a 40 mil guerrilheiros (onde se incluíam, cerca de 10 mil soldados-crianças), estavam forças militares de Angola (cerca de 2.000 militares e conselheiros), Ruanda (perto de 20 mil militares), Burundi, Chade, Namíbia, Uganda e Zimbábue.

A primeira Guerra do Congo, apesar da forte participação político-militar de Angola, terminou com a entradas nas "novas forças armadas ruandesas" do presidente Paul Kagame (Pinto, 2011), em Kinshasa, derrubando Mobutu e dando o poder a Laurent-Désiré Kabila.

Continua



Com o fim da crise político-militar Angolana, a China emerge como principal parceiro económico e financeiro de Angola, que se consolidará ao longo destes últimos 20 anos, como recordou Gong Tao, embaixador chinês em Angola

Santos fortaleceu a sua diplomacia de afirmação e confrontação, quer junto da comunidade internacional, em particular, junto dos EUA e do Ocidente – até aí, só alguns países tinham relações diplomáticas efectivas com Angola – como, e principalmente, junto da quase a totalidade dos Estados Africanos, levando-os a acabar por reconhecer a República de Angola e o seu Governo.

Só Marrocos e a Costa do Marfim, mantiveram um apoio formal à UNITA e a Savimbi, a que se junta uma particularidade complementar e que teve sempre o desagrado de Eduardo dos Santos: Mandela respeitava e tinha conversas com Savimbi, por este sempre ter exigido ao regime de apartheid sul-africano, tanto junto do Governo de Roelof "Pik" Botha, como na presidência de Frederik W. de Klerk, a libertação incondicional de Nelson Mandela, como em palestras que proferia em território sul-africano, no que era

ANÁLISE

Breve caracterização das diplomacias presidenciais angolanas (III)

O ensaio que se apresenta tem por base um texto elaborado para uma palestra/aula-aberta proferida, via Webinar, a 21 de Maio de 2020, para a área da História de África, na Unidade Curricular Optativa: 'Áfricas em Movimento: Sons, Textos e Imagens', da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, Brasil, cujo tema foi 'Angola como potência regional e a diplomacia de proximidade em África – entre 1975 e 2020', do qual foram extraídos resumos dos diapositivos (slides) apresentados, durante a aula-aberta, e colocados no site académico *academia.edu* (Almeida, 2020). Posteriormente, houve uma pequena actualização para a actual política angolana face aos EUA.

● EUGÉNIO COSTA ALMEIDA*

1. Segunda Guerra do Congo (1998-2003), a que alguns analistas e historiadores chamam a Grande Guerra Africana ou Guerra Mundial Africana (Prunier, 2009, Roessler, 2017), dado ter sido aquela que, desde a 2.ª Guerra Mundial, mais países e guerrilheiros estiveram em confronto em África, ocorreu devido a factores internos da RDC e a factores externos.

Internamente, Laurent Kabila era acusado de estar assente em corrupção, de apresentar uma deficiente economia e de ser um peão de potências estrangeiras. Essas acusações levaram Kabila a tomar medidas nacionalistas, em detrimento do Rwanda e de outros aliados, e, em 1998, a exigir que as tropas das nações africanas vizinhas se retirassem. Os tutsis de Banyamulenge, que estavam na RDC e que tinha 'comprado' – leia-se, 'tomado' com conivência de autoridades locais congolenses – terras junto do antigo reino Urundi (3), ficaram temerosos com essa notícia, temendo que fossem alvos das milícias hutu, provocando tensões com esses, quer na RDC, quer nas áreas fronteiriças dos seus vizinhos do Burundi e do Rwanda.

Externamente, os seus vizinhos começam a preparar medidas anti-Kabila. Devido a estas tensões, as tropas rwandesas invadiram a RDC, num conflito que se prolongou até

2003, em que Angola teve um papel determinante, apoiada por Mandela. A grande crise da RDC terminou na sequência do acordo de cessar-fogo de Lusaka, de 2001, do assassinio de Laurent Kabila, em Janeiro de 2001, e com a ascensão presidencial do seu filho, Joseph Kabila Kabango (ou Kabila Jr.) e, finalmente, por via do acordo de 2003, que levou à saída das tropas do Uganda e do Rwanda – consubstanciado no Memorando de Anuência entre os Presidentes Joseph Kabila e Paul Kagame, Rwanda, em Julho de 2002 (Akanji, 2016, 123) –, do desarme das milícias congolenses, a instituição de um Governo de Transição, através do Global and All Inclusive Agreement for DRC (ou Pretória Agreement, em 16 de Dezembro de 2002) (UN Peacemaker, 2002 & Vilanzola, 2013) e da Inter-Congolense Political Negotiations – The Final Act (ou Sun City Agreement) (UN Peacemaker, 2003), ambos sob os auspícios do Presidente sul-africano Thabo Mbeki, e, em 2003, com a publicação da nova Constituição congolense e a amnistia dos "crimes de guerra cometidos de 2 de Agosto de 1998 a 4 de Abril de 2003" (UA, 2003, 27), ainda que os combates na RDC se tenham mantido ao longo de 2003 e anos seguintes (UA, 2003, 28-31).

i. Ao lado do poder congolês, estiveram países como Angola – que aqui, fortaleceu o seu poder político e militar junto da família

Kabila e teve o apoio explícito de Nelson Mandela, devido àquilo que este considerou como sendo justificadas por "ter sido pedida pelo Governo de Kinshasa face às violações do Uganda e Rwanda" (Correia, 2010b) –, Chade, Zimbabwe e Namíbia, bem como Sudão, e, indirectamente – nunca foi atestada a sua participação directa – Cuba; guerrilheiros antigovernamentais ugandeses (LRA-Lord's Resistance Army/Exército de Resistência do Senhor, ADF- Allied Democratic Forces/Forças Democratas Aliadas) e NIF-Nationalist and Integrationist Front/Frente Nacionalista e Integracionista), ruandeses (FDLR, o ALIR-Armée pour la Libération du Rwanda/Exército para a Libertação do Rwanda, composto, maioritariamente por Interahamwe, entre outros movimentos anti-Ka-

A grande crise da RDC terminou na sequência do acordo de cessar-fogo de Lusaka, de 2001



Conclui-se que as diplomacias presidenciais angolanas são



iferentes, ainda que sob as mesmas linhas de orientação ideológica, dado o partido no poder, MPLA, ser o mesmo desde a independência

como a principal vencedora deste conflito, já que passou a ser tida em conta em todas as questões africanas, com particular destaque para a região dos Grandes Lagos, segundo uma diplomacia inclusiva para a região, como recorda Mário Pinto de Andrade (Carlos, 2017 & Andrade & Vadim, 2017).

A crise congoleza e as subsequentes crises político-militares na área tiveram, numa primeira fase, a tentativa de conciliação de Nelson Mandela, que não viu os seus esforços serem bem-sucedidos por razões externas ao conflito (Folha São Paulo, 1996), nem depois, com Thabo Mbeki, que foi acusado de não só nada estar pouco fazer, como estar a favorecer uma das partes do conflito, o reacender de conflitos dentro da RDC, após esta 2004/2005 e acabou com a partição, de facto, do maior país da África Central, que gerou a ainda difícil ordem política vigente naquele país e que levou, recentemente, o secretário-geral da ONU, António Guterres, a área, em particular a RDC, continua a viver “tempestades de violência armada” (Bordalo, 2021).

Perante as desconfianças que a maioria dos países da região dos Grandes Lagos mostravam face a Mbeki e à projecção da política diplomática sul-africana, Eduardo dos Santos, apesar de ter sido uma das partes no conflito, fez enviar a sua diplomacia

para a tentativa da resolução dos graves problemas que persistiam – e persistem, ainda que Lourenço mostre estar a conseguir alguns progressos – na área dos Grandes Lagos, como é caracterizada geográfica e politicamente.

Foi o grande lançamento para a forte e incisiva participação diplomática da presidência de Eduardo dos Santos, a que se juntou a sua capacidade de ter levado Angola à Paz com os “antigos inimigos” (UNITA), de ter desenvolvido económica e estruturalmente o País, com a ajuda da República Popular da China – Dos Santos é visto como a principal “chave de entrada” chinesa em África, nos moldes actuais, – e ter o apoio dos principais países Ocidentais nessa tarefa.

A crise interna angolana do pós-1992 – que

Com o fim da crise (...), a China emerge como grande parceiro económico e financeiro do País

teve o epílogo em 2002, com a morte do líder rebelde, Jonas Savimbi, e a capitulação da UNITA, e com o Acordo de Luena ou Memorando de Entendimento do Luena (USIP, 2002), de 4 de Abril de 2002 – acabou por aproximar Eduardo dos Santos de alguns países ocidentais, nomeadamente, dos EUA. De notar que neste período, o Brasil foi o mais próximo e forte parceiro político, económico e militar, do Ocidente.

Com o fim da crise político-militar Angolana, a China emerge como principal parceiro económico e financeiro de Angola, que se consolidará ao longo destes últimos 20 anos, como recordou Gong Tao, embaixador chinês em Angola (Valor Económico, 2020: 4-7).

Se a diplomacia de Dos Santos começou por ser, pujantemente, uma diplomacia de afirmação, primeiro, e de confrontação, depois e bem concretizada, ela terminou, ainda que sempre com a força presente das FAA, com uma diplomacia de “tolerância” ou “collatus” (do latim, agrupa ou agrupamento) e de alguma “collatio” (do latim, conferência – como confirmação, confrontação), esta última a ser continuada pela presidência de João Lourenço, ainda que sob outras nuances.

Daí a diplomacia de José Eduardo dos Santos estar a ser assinalada como sendo

uma diplomacia “collation” de confrontação e de colecta dos apoios que ofereceu aos “seus aliados” e a África.

3.3. A diplomacia “give-and-take” de João Lourenço

Apesar de o aparelho de Estado e as linhas orientadoras ideológicas serem os mesmos que as do Presidente Eduardo dos Santos, tendo em conta que o partido que as sustém, se mantém no Poder, desde a independência, na realidade, após a eleição e depois de ser empossado Presidente, João Manuel Gonçalves Lourenço, sem descurar a diplomacia, como a seguir verificaremos, optou por tentar “resolver os problemas da casa”, nomeadamente, o combate à corrupção, a recuperação económica e financeira o País, recuperação de fundos (capitais, mobiliários e imobiliários) que estivessem – estejam e ainda estão – no exterior e alargar as relações económicas com outros países, que não fossem só a China, ainda que alguns problemas sociais e políticos continuam parecer ser irresolúveis (Buela, 2018).

Na verdade, a vertente diplomática de Lourenço poderá ter começado ainda antes da tomada de posse como Presidente, durante uma visita que fez a países europeus e, em particular, a Espanha, onde em resposta a uma questão colocada pela agência espanhola EFE, e que se consubstanciava no que Lourenço pensava de uma entrevista e uma análise por mim feitas, dias antes ao matutino português Público (Siza, 2017) e para o portal “Africa Monitor Intelligence” (Almeida, 2017a), em que o considerava um potencial Gorbachov angolano, João Lourenço respondeu que era ou que se considerava, antes de mais, um Deng Xiaoping angolano (Efe, 2017).

Lourenço, seguindo a linha de Xiaoping, desejava implementar uma transformação do País, sem uma alteração do regime, e que se caracterizaria pela reforma económica, pela transformação da dependência monoexportadora do petróleo, transformar, também, Angola, numa potência económica, científica e tecnológica – algo que Angola não era, nem está, ainda, conseguida – com o apoio da China e de outros parceiros e players económicos e políticos internacionais.

Mas a realidade mostrou a Lourenço que desenvolvimento económico sem alterações políticas e financeiras era e é impossível de ser concretizado, em particular, junto de actores políticos e económicos internacionais, principalmente ocidentais, pelo que teve de se agarrar, quase exclusivamente, aos apoios chineses (Fernandes, 2015 & Diário de Notícias, 2018). Só que estes já começam a ter um forte impacto negativo na Dívida Pública Nacional (Valor Económico, 2020, Lusa, 2020b, MBA/LFS, 2020 & Costa, 2020).

Por esse facto, mais recentemente, Lourenço tem procurado virar as suas linhas orientadoras económicas para outros parceiros, como o FMI o que, parece, não estar a ser do agrado chinês, como, recentemente, o embaixador da China lhe fez chegar, ainda que oficialmente isso não transpire para fora dos corredores do Palácio presidencial (Silveira, 2020). A dívida angolana à China já ultrapassa os 23 mil milhões de US dólares (Observador, 2018).

Durante os primeiros 3 anos de mandato – e de quase todos estes dois mandatos –, onde a parte económica interna não dá mostras de melhorias – e a crise petrolífera, bem como a nossa contínua e persistente, apesar de vontade de João Lourenço em contrário,

dependência quase exclusiva do petróleo, com as constantes e imprevisíveis oscilações do preço de mercado internacional, bem como a redução da produção petrolífera, agora mais consubstanciada e imposta pela OPEP, a que se junta a pandemia do SARS-CoV-2, com impacto muito negativo na economia angolana e na sua Balança de Pagamentos e no PIB (MBA/LFS, 2020, Verde, 2020 & Valor Económico, 2020) – já a diplomacia do consulado de Lourenço apresenta estar com muita actividade diversificada.

Um período em que, apesar de manter a economia de Angola muito ligada – ainda demasiado ligada de que o novo aeroporto internacional de Luanda é um dos pontos altos desta ainda quase subordinação ao ponto de, até as pinturas, terem “mão chinesa” – às directivas financeiras chinesas (Diário de Notícias, 2018), procurou diferenciar as relações políticas e económicas com diferentes parceiros, como a Rússia e o Japão, Alemanha, França e Espanha – a sua primeira visita externa, ainda antes de ser empossado –, a Portugal, aonde um Presidente angolano já não ia há muitos anos, e só após uma “batalha jurídica-diplomática” por causa do antigo Vice-Presidente, Manuel Vicente, e de uma disputa jurídica que este mantinha em Portugal – o caso “Operação Fizz” (OpFizz/Observador & Observador, 2019).

Mas o mais recente impacto diplomático – político e económico de João Lourenço é a aproximação aos EUA e, subsequentemente, ao Banco Mundial e ao FMI, com quem estabeleceu uma cooperação de assistência financeira, na qual Angola se compromete com uma profunda “agenda de reformas” (AR/Lusa, 2018), algo que não parece estar a ser do agrado da China, ainda que na referida entrevista ao Valor Económico (202; 4-7) o Embaixador Tao tenha negado que as relações entre Angola e a China estejam menos fortes comparativamente ao passado e reafirmou que a China não intervém nas relações de Angola com outras entidades e reforça a valorização, o respeito e apoio Angola, sem nunca buscar o interesse geopolítico em África e jamais impor a sua própria vontade aos outros.

A recente e profunda crise económica que a Covid-19 está a provocar nos países menos preparados para o seu impacto, como são, por exemplo, os países africanos, entre eles, Angola, que estão a receber uma moratória do FMI para a suspensão do pagamento das dívidas, nuns casos, e dotação de subsídios para pagamentos de dívida, em outros, patrocinados pela Instituição de Bretton Woods e com a participação financeira de vários países como o Reino Unido, o Japão, a Holanda ou a China (Verde, 2020 & TVI24, 2020), poderá ajudar a minorar os problemas económicos internos, ainda que, no caso de Angola, haja necessidade de a China também acolher esta ideia de criar uma moratória para os países mais endividados de África.

Se a nível económico a situação é preocupante, a nível diplomático, e é isso que nos interessa, as acções e orientações de Lourenço parecem a estar a produzir excelentes resultados com Angola a retornar ao patamar mais elevado das relações internacionais, quer no Heartland Africano, como no exterior. Tem sido uma diplomacia a que se denomina de “give-and-take”, uma diplomacia política onde predominam o argu-

mento, o debate, o diálogo, o cotejo político, sempre visando o “compromisso”, no que se destacam:

- Uma das primeiras vitórias diplomáticas ocorreu durante a presidência rotativa do Órgão de Política, Defesa e Segurança da SADC (OPDS), ao contribuir, política e militarmente, para a resolução da crise político-militar de Setembro de 2017, no Reino do Lesoto (Almeida, 2018), tendo o então Presidente sul-africano Jacob Zuma, elogiando-o pública e diplomaticamente quer no seio da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), quer na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana;

- Patrocinou a alteração política na RDC, conseguindo que Joseph Kabila aceitasse levar por diante as eleições presidenciais e legislativas, em finais de 2018, que já deveriam ter acontecido cerca de 3 a 5 anos antes, de que sairia vencedor Felix Tshisekedi (Ribeiro, 2019) e da coligação política de Kabila, sendo que a primeira visita que o eleito e empossado Presidente congelou fez foi a Luanda; o que era para ser uma visita de pouco mais de meio-dia, acabou por se estender por mais de 24 horas, o que agastou o então presidente em exercício da União Africana, o Presidente rwandês Paul Kagame, que não aceitou, depois acolher a prevista e acertada visita de Tshisekedi, ao Rwanda;

- Em Agosto de 2019, ocorreu aquela que se pode denominar da maior vitória diplomática do actual consulado presidencial, com a assinatura do Memorando de Entendimento de Luanda (Ndomba, 2019 & Bordalo, 2019a), assinado pelos Presidentes do Uganda, Yoweri Museveni, e do Rwanda, Paul Kagame, que colocou um fim a vários anos de conflitualidade político-territorial entre os dois países, e com o testemunho dos Presidentes da RDC, Felix Tshisekedi, e da República do Congo, Denis Sassou Nguesso, à época a desempenhar as funções de presidente interino da região dos Grandes Lagos. Mesmo depois desta

A linha diplomática de JLo deve ser qualificada como uma diplomacia give-and-take

assinatura, ocorreram alguns casos graves, nomeadamente, ataques de guerrilheiros rebeldes ruandeses, mas que João Lourenço conseguiu evitar que o Memorando se desmoronasse (Bordalo, 2019b);

- A presença da diplomacia presidencial angolana junto da UA tem mostrado que a mesma recuperou muito da sua credibilidade, facto recentemente verificado, por quando do acolhimento imediato da proposta de João Lourenço, na 33.ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, de Fevereiro de 2020, para “a realização de uma cimeira extraordinária, que terá como ponto único encontrar soluções para fazer frente ao terrorismo crescente nas referidas regiões” (Faapa, 2020). De notar que, no mundo, deverá haver cerca de 500 milhões de armas em mãos não-militares, ou convencionais, das quais, mais de 100 milhões estão em África!

Se as preocupações africanas estão intrinsecamente ligadas à diplomacia presidencial de João Lourenço, as relações com o “exterior” não são menos importantes, em particular com os EUA, com quem Lourenço, cada vez mais, se tem aproximado.

- O facto mais importante desta aproximação política pode ser visto da forma como Washington DC tem aquilutado as preocupações de João Lourenço em procurar manter a estabilidade político-militar em África, em geral, e nos Grandes Lagos ou no Interland Centro-Austral, em particular (Almeida, 2023: 251.267), e como os investidores norte-americanos começam a entrar com mais força nos empreendimentos nacionais; o caso do Corredor do Lobito, onde colocaram cerca de mil milhões de US dólares (VOA, 2023 & JA, 2023), é dos mais paradigmáticos.

- A ocupação de João Lourenço de dotar as FAA, em particular a Força Aérea Nacional e a Marinha de Guerra, de maior operacionalidade e de melhores condições técnicas e actualização através de compra e possível fabrico – através de joint-ventures com a Rússia (AngoNotícias, 2019) – de novos aparelhos militares (aviões e barcos e outros armamentos) para melhor cumprir com as suas obrigações operacionais junto dos parceiros com quem Angola mantém boas relações de cooperação político-militar como a CPLP e a US-Africom. Esta organização político-militar, ligada ao aparelho militar norte-americano considera Angola como um dos seus African Partner Nations (APN) mais importantes da região Centro e Austral de África (Bernardino, 2019a & Almeida, 2017).

- É o que se pode definir de diplomacia militar, onde se enquadram os exercícios militares da CPLP (Exercícios Felino) (Bernardino, 2019a), com a US-Afri-

com (Obangame Express) e com as ASF (FOMAC e SADC-Brigade) (Almeida, 2017) a que se junta, tudo o parece indicar, apolo a Moçambique, juntamente com militares zimbabuenses e mercenários sul-africanos, no combate aos insurgentes islâmicos na província de Cabo Delgado, no Norte do país.

4. Conclusão

Ao longo do texto pode-se concluir as diplomacias presidenciais Angolanas são bem diferentes, ainda que sob as mesmas linhas de orientação ideológica, dado o partido no Poder, Partido-MPLA, ser o mesmo desde a independência.

A diplomacia presidencial de Agostinho Neto, como se descreveu caracterizou-se por defender a afirmação revolucionária junto da comunidade africana, em particular, tendo ficado sempre marcada pela afirmação de Angola como um Estado Socialista e registada na célebre frase «Angola é e sempre será por vontade própria, a trincheira firme da revolução em África».

Na realidade, a presidência de Neto é qualificada por vários factos históricos, um dos quais, ainda hoje umbroso para a História Angolana, relacionado com o 27 de Maio de 1977 (Michel, 2007) que o Presidente João Lourenço procura tirar do “anonimato” em que está, conforme promessa que fez em Lisboa, em 23 de Novembro de 2018.

No que se relaciona com a presidência de Eduardo dos Santos ainda que tenha continuado a política de Neto, a que estava obrigada pela política socialista do Partido-MPLA, quando se afirmou internamente optou por uma forte diplomacia de confrontação e afirmação no contexto das Nações africanas, em que as 2 Guerras do Congo se alicerçaram. Na parte final da sua presidência, em parte, devido à menor capacidade de impacto económico e financeiro (Ferreira, 2005), ainda que a diplomacia de confrontação nunca esteve afastada, devido à “presença das FAA”, junto de outros vizinhos, a sua diplomacia tornou-se mais de “tolerância”, mais de agrupamento (collatus - do latim, agrupa ou agrupamento) sem esquecer a confrontação (collatio - do latim, conferência – como confirmação, confrontação). Uma diplomacia que se caracteriza de «collation».

Por sua vez, a linha diplomática presidencial de João Lourenço, deve ser qualificada como sendo uma diplomacia «give-and-take» onde o diálogo político-económico, a aproximação do Ocidente, a tentativa de diversificar a dívida externa angolana – elevadíssima, face ao forte serviço de dívida (juros), principalmente junto da China – e de reformas, estão subjacentes, contudo, sem fugir à base ideológica do partido que o apoia. Uma diplomacia política onde predominam o argumento, o debate, o diálogo, a confrontação política, ou seja, de “compromisso”, uma diplomacia onde o “dar e receber” está bem presente. Todavia, as problemáticas internas têm tornado as vitórias diplomáticas enubladas pelas questões sociais e políticas no País.

Notas de Rodapé

1 Em Dezembro 1977, durante o seu 1º Congresso Nacional, o MPLA (Movimento) transformou-se em MPLA-Partido do Trabalho (MPLA-PT). Em 1990, no III Congresso, deixou o seletivismo socialista em que assentou o MPLA-PT, e reconverteu-se em “Partido MPLA” [Partido do Socialismo Democrático], tendo aderido à Internacional Socialista, de que foi um dos Vice-presidentes.

2 Na realidade o nome oficial do Acordo ou Memorando de Luena é Memorando de Entendimento



Complementar ao Protocolo de Lusãba para a Cesa-ção das Hostilidades e Resolução das Demais Questões Militares Pendentes nos Termos do Protocolo de Lusãba.

3 O antigo Reino de Unindi englobava parte do leste da RDC, mas, primordialmente, os actuais Burundi e Ruanda.

Referências bibliográficas:

"Analistas da Economist pioram recessão em Angola para 4,1%". Valor Económico, 18 Maio. 2020. <https://valoreconomico.co.ao/artigo/analistas-da-economist-pioram-recessao-em-angola-para-4-1>.

"Angola pediu dinheiro à China para evitar exigências do FMI – investigador". Diário de Notícias, em 12 Outubro 2018 - 00:14. <https://www.dn.pt/lusa/angola-pediu-dinheiro-a-china-para-evitar-exigencias-do-fmi-investigador-9988546.html>.

"Angola prepara-se para ter fábricas de armamento russo". Ango Notícias, 29-03-2019. <https://www.angonoticias.com/Artigos/item/60718/angola-prepara-se-para-ter-fabricas-de-armamento-russo-pr>.

"Congo Civil War". Global Security. <https://www.globalsecurity.org/military/world/war/congo.htm>.

"Divida de Angola à China ronda os 23 mil milhões de dólares". Observador, 05 set 2018 00:19. <https://observador.pt/2018/09/05/divida-de-angola-a-china-ronda-os-23-mil-milhoes-de-dolares/>.

"EUA assinalam com mil milhões de dólares empenho na expansão do Corredor de Lobito", VOA Português, setembro 13, 2023; <https://www.voaportugues.com/a/eua-assinalam-com-mil-milhoes-de-dolares-empenho-na-expansao-do-corredor-de-lobito-7267089.html>.

"EUA e UE anunciam apoio à expansão do Corredor de Lobito". Jornal de Angola, 10/09/2023 ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO 09H45; <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/eua-e-ue-anunciam-apoio-a-expansao-do-corredor-de-lobito/>.

"Mandela vai, mas Zaire boicota cúpula". Folha de São Paulo, 17 de dezembro de 1996 <https://www.folha.uol.com.br/sp/1996/12/17/mundo/15.html>.

"Ministro da Justiça angolano diz que mal-entendido entre Portugal e Angola é 'coisa do passado'". Observador, 16 abr 2019, 18:03. <https://observador.pt/2019/04/16/ministro-da-justica-angolano-diz-que-mal-entendido-entre-portugal-e-angola-e-coisa-do-passado/>.

"Operação Fizz". Observador. <https://observador.pt/secao/justica/operacao-fizz/>.

"Presidente eleito de Angola: 'Gorbachev não, Deng Xiaoping sim'". Agência EFE, Madrid 29 ago 2017. <https://www.efe.com/efe/portugal/destacada/presidente-eleito-de-angola-gorbachev-n-o-deng-xiaoping-sim/50000440-3364290>.

Afouak, O. G. 1999. "The Politics of Democratic Transition in Congo (Zaire): Implications of the Kabilá "Revolution"". *Journal of Conflict Studies*, 19(2). <https://journals.lib.unb.ca/index.php/JCS/article/view/4357>.

African Union (UA). 2003. "Relatório do Comissário Interino sobre as situações de conflito em África (EX/CL/42(III))". "Conselho Executivo, Segunda Sessão Ordinária 4 - 8 de Julho de 2003 Maputo, Moçambique". <https://www.peaceau.org/uploads/ex-cl-42-iii-p.pdf>.

Akanji, Olajide Olayemi. (2016). "África do Sul e estabilidade regional na era Mbeki: o nexus entre a personalidade e questões geopolíticas e económicas na formação da política externa". *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* v.5, n.10, Jul./Dez. 2016: 114-24. <https://seer.ufrgs.br/austral/article/download/69556/40848>.

Almeida, Eugénio Costa. 2023. "O terrorismo no Interland Centro-Austral africano e o impacto em Moçambique e Angola". Nuno F. Vidal & Justino P. Andrade (orgs. eds.) "A Luta Continua e a Reação não passarão? O Liberalismo contra a Democratização em Angola e Moçambique no século XXI", págs. 251-267. Lisboa. Publicação Sá da Costa, 1ª edição.

Almeida, Eugénio Costa. 2020. "eca, 2020) Angola como potência regional e a diplomacia de proximidade em África". *Academia.edu*. https://www.academia.edu/43213407/eca_2020_Angola_como_pot%C3%Aancia_regional_e_a_diplomacia_de_proximidade_em_%C3%81frica.

Almeida, Eugénio Costa. 2018. "Angola na defesa e segurança continental". *Changing World*, March 27, 2018. <https://blog.cei.iscte-iul.pt/angola-na-defesa-e-segurama-continental/>.

Almeida, Eugénio Costa. 2017a. "A "Glasnostização" da Política Angolana". *África Monitor Intelligence* 21 Agosto 2017. <https://www.africanmonitor.net/pt/analise/angola-poss23ago-elalmelmeida017/>.

Almeida, Eugénio Costa. 2017b. "O comando U.S. AFRICOM no apoio à Arquitetura de Paz e Segurança em África e as relações multi e bilaterais com as APN: o caso de Angola". *Mulemba—Revista Angolana de Ciências Sociais*. 7 (13).

Almeida, Eugénio Costa. 2011. *Angola, Potência Regional em Emergência*, Lisboa: edições Colibri.

Almeida, Eugénio Costa. 2010. "A União Africana e a emergência de Estados-Diretores no Continente Africano: o caso de Angola." PhD diss., Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

<https://hdl.handle.net/10400.5/13180>.

Alves, Carlos Alberto de Jesus Alves. 2013. "Política Externa Angolana em Tempo de Guerra e Paz: Colonialismo e Pós-Colonialismo." PhD diss., Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. <https://www.ucp.pt/bitstream/10316/31604/1/Pol%C3%AAdica%20e%20externa%20angolana.pdf>.

Andrade, Mário Pinto de, & Vadim João. 2017. *Os Desafios da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos: a diplomacia angolana em destaque*. Lisboa: Cultiva Livros Editora.

ANGOP. 2016. "Diplomata enaltece papel de Angola na liderança dos Grandes Lagos". Agência Angola Press, 25 Maio de 2016 | 17h09; Atualizado em 25 Maio de 2016 | 19h18. <http://cdn2.portalangop.co.ao/angola/pt-pt/noticias/politica/2016/4/21/Diplomata-enaltece-papel-Angola-lideranca-dos-Grandes-Lagos,868f035d-4f92-4f3d-9303-ade94038af5c.html>.

AR/LUSA. 2018. "FMI: Ajuda económica a Angola tem os mesmos padrões que a assistência financeira". *Deutsche Welle*, 18.04.2018. <https://www.dw.com/pt-002/fmi-ajuda-econ%C3%B3mica-a-angola-tem-os-mesmos-padr%C3%B5es-que-a-assist%C3%Aancia-financeira/a-43442603>.

Bernardino, Luís M. Brás. 2019a. *Angola in the African Peace and Security Architecture: The strategic role of the Angolan Armed Forces*. Lisboa: Mercado das Letras Editores.

Bernardino, Luís M. Brás. 2019b. *As Forças Armadas Angolanas: Contributos para a Formação do Estado*. Lisboa, Mercado das Letras Editores.

Bessa, Cândido. 2020. "Angola, um baluarte na construção da paz". *Jornal de Angola*, 2 de Janeiro, 2020. <http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/angola-um-baluarte-na-construcao-da-paz>.

Bordalo, Ricardo. 2021. "Grandes Lagos. RCA e RDC vivem tempestade de violência armada – Angola e República do Congo pedem reunião do Conselho de Segurança da ONU". *Novo Jornal*, 28 de Fevereiro 2021. <https://novojournal.co.ao/internacional/interior/grandes-lagos-rca-e-rdc-vivem-tempestade-de-violencia-armada-angola-e-republica-do-congo-pedem-reuniao-do-conselho-de-segurana-da-onu-101038.html>.

Bordalo, Ricardo. 2019a. "Memorando de entendimento de Luanda dá primeiros frutos, Ruanda e Uganda "acabam" com "actos de desestabilização" mútua". *Novo Jornal*, 17 de Setembro de 2019. <https://novojournal.co.ao/politica/interior/memorando-de-entendimento-de-luanda-da-primetros-frutos-ruanda-e-uganda-acabam-com-actos-de-desestabilizacao-mutua-77247.html>.

Bordalo, Ricardo. 2019b. *RDC/Grandes Lagos: Guerrilheiros da FDLR matam 14 pessoas no Ruanda*

e "ferem" acordo histórico assinado em Luanda". *Novo Jornal*, 7 de Outubro 2019 15:05. <https://novojournal.co.ao/politica/interior/rdcgrandes-lagos-guerrilheiros-da-fdlrmatam-14-pessoas-no-ruanda-e-feremacordo-historico-assinado-em-luanda-78470.html>.

Buela, Osvaldo Franque. 2018. *João Manuel Gonçalves Lourenço: Les reformes, le futur da MPLA et le Cabinda*. Les Ulis (France): Les Editions OFRAB.

Cardoso, Gen. Silva. 2001. *Angola, Anatomia de uma Tragédia*. Lisboa, Oficina do Livro.

Carlos, João. 2017. "O grande problema da Região dos Grandes Lagos é a RDC", alerta acadêmico. *Deutsche Welle*, 25.10.2017. <https://p.dw.com/p/2mUGk>.

Clark, John F. 2002. *The African Stakes in the Congo War*. New York: Palgrave MacMillan.

Correia, Pedro de Pazarat. 2010a. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia, Volume I – Conceitos, Teorias, Doutrinas*, Coimbra: Edições Almedina.

Correia, Pedro de Pazarat. 2010b. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia, Volume II – Análise Geoestratégica do Mundo em Conflito*, Coimbra: Edições Almedina.

Costa, Gustavo. 2020. "Angola. Relações difíceis com um credor indispensável". *Expresso online*, 7 Maio 2020 18:24. <https://expresso.pt/internacional/2020-05-17-Angola-Relacoes-dificis-com-um-credor-indispensavel-419888da>.

DW Angola. 2013. "Nelson Mandela em Angola uma memória". *Development Workshop Angola*, 13 December, 2013. <http://www.dw.angonet.org/forumitem/1137>.

FAAPA. 2020. "João Lourenço apela à união contra o terrorismo em África". *Fédération Atlantique des Agence de Presse Africaines*, 11 Février. <http://www.fapa.info/blog/joao-lourenco-apela-a-uniao-contra-o-terrorismo-em-africa/>.

Fernandes, Sofia da Graça Cordeiro. 2015. "Os acordos de financiamento entre a China e Angola: uma reconstrução pós-conflito sem reformas políticas". PhD Diss., ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11921/1/Tese_Final_Abril_2015.pdf.

Ferreira, Manuel Ennes. 2005. "Real económica e geopolítica nos recursos naturais em Angola". *Relações Internacionais* Junho: 2005-06, 073-089. http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_rj/pdf/16/R16_MEFeireira.pdf.

Gourgel, Alexandre Nascimento do Amaral. 2000. "Subsídio para uma compreensão sensata". *Angola, a festa e o luto*, 25 anos de independência, coordenação de Ismael Mateus, 13-29. Lisboa, Veja

Júnior, Tenente-General Miguel. 2017. *A Guerra na África Austral, Análise da Estratégia Total da África do Sul – 1948/1994*. Lisboa: Mercado das Letras Editores.

LUSA. 2020a. "Covid-19: ONU prevê recessão de 1,8% em Angola este ano". *Observador*, 24 mai 2020, 10:49. <https://observador.pt/2020/05/24/covid-19-onu-preve-recessao-de-18-em-angola-este-ano/>.

LUSA. 2020b. "FMI adia pagamento a Angola à espera de acordo com a China – Eurasia". Agência LUSA, 23-08-2020 09:13. <https://www.lusa.pt/articulo/lqT-Rz0U3EsY8cHiDUAMDMSZM5iuSt1/fmi-adia-pagamento-a-angola-%C3%A0-espera-de-acordo-com-a-china-eurasia>.

MBA/LFS. 2020. "Angola arrisca ficarem recessão económica até 2023 - Standard Bank". Agência LUSA, 31 mai 2020 09:00. https://www.sapo.pt/noticias/atualidade/angola-arrisca-ficarem-recessao-economica_5ed36607968df496ce22b.

Miché, Miguel Francisco. 2007. *Nuvem Negra. O drama do 27 de Maio de 1977*. Lisboa: Clássica Editora.

Moreira, Adriano. 1992. "O futuro africano". *Diário de Notícias*, de 26 e Maio de 1992.

Nombma Boralha. 2019. "Uganda e Ruanda assinam acordo que põe fim a acusações mútuas". *Deutsche Welle*, 21.08.2019. <https://p.dw.com/p/3pOICW>

Neto, Agostinho. 1985. *Textos Políticos Escolhidos*.

Luanda, Edições DIP.

Pinto, Teresa Nogueira (2011). "Ruanda: entre a segurança e a liberdade". *Relações Internacionais* n. 32 dez. 2011. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000400004.

Pruvier, Gérard. 2009. *Africa's World War: Congo, the Rwandan Genocide, and the Making of a Continental Catastrophe*. Oxford: Oxford UP.

Ribas, Luís Costa. 2018. "Pik Botha e a "barbárie" de Jonas Savimbi". *Expresso*, 12.10.2018 20h38. <https://expresso.pt/2018/10-12-Pik-Botha-e-a-barbarie-de-Jonas-Savimbi>.

Ribeiro, João Ruela. (2019). "Vitória surpresa nas eleições no Congo gera dívidas sobre as atualizações". *Público*, 10 de Janeiro de 2019, 10:39. <https://www.publico.pt/2019/01/10/mundo/noticia/comissao-eleitoral-republica-democratica-congo-vitoria-candidato-oposicao-1857292>.

RI/Lusa. 2020. "COVID-19: FMI prepara alargamento da moratória sobre a dívida até 2021". *TVI24*, 2020-05-20 18:42. <https://tvi24.iol.pt/economia/moratorias/covid-19-fmi-prepara-alargamento-da-moratoria-sobre-divida-ate-2021>.

Rössler, Philip. 2017. "Africa's Great War". *Why Comrades Go to War: Liberation Politics and the Outbreak of Africa's Daadlist Conflict*, Philip Rössler & Harry Verhoeven. <https://philiprossler.net/research/why-comrades-go-to-war/>

Silveira, Cesar. 2020. "Entrevista a Gong Tao, Embaixador da China em Angola: "Será sempre uma negociação entre amigos com respeito mútuo". *Valor Económico*, edição nº 209, de 18 de Maio de 2020.

Siza, Rita. 2017. "Se o deixarem, João Lourenço "pode ser o Gorbachov do MPLA" – entrevista (a Eugénio Costa Almeida)". *Público*, 26 de Agosto de 2017: 23. <https://www.publico.pt/2017/08/26/mundo/entrevista/se-o-deixarem-joao-lourenco-pode-ser-o-gorbachov-do-mpla-178417>.

Thom, William. 1999. "Congo-Zaire's 1996-97 Civil War in the Context of Evolving Patterns of Military Conflict in Africa in the Era of Independence". *Journal of Conflict Studies*, 19(2). <https://journals.lib.unb.ca/index.php/JCS/article/view/4358/5015>

UN PeaceMaker. 2003. "Inter-Congolese Political Negotiations – The Final Act". <https://peacemaker.un.org/drc-suncity-agreement2003>.

UN PeaceMaker. 2002. "Global and Inclusive Agreement on Transition in the DR Congo: Inter-Congolese Dialogue – Political negotiations on the peace process and on transition in the DRC". <https://peacemaker.un.org/drc-agreementon-transition2002>.

USIP. 2002. "Memorando de Entendimento de Luena". *United States Institute of Peace Library*, April 18, 2002. <https://www.usip.org/publications/2005/09/peace-agreements-angola>

Valenzola, Renato Henrique. 2013. "O Conflito na República Democrática do Congo e a Ausência do Estado na regulação das Relações Sociais". *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília*, Ano 2013 – Edição 12 – Novembro/2013. <https://www2.marilia.unesp.br/index.php/levis/article/view/3477>

Verde, Rui. 2020. "FMI: A Dívida e a Força de Angola". *Maka Angola*, 15 de Abril de 2020. <https://www.makangola.org/2020/04/fmi-a-divida-e-a-forca-de-angola/>.

Fin

⁹ Investigador Doutorado Integrado do CEI-IUL, Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL; e Investigador-Associado do CINAMIL, Centro de Investigação Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar, Academia Militar, Instituto Universitário Militar; e Pós-Doutorado da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto¹⁰

¹⁰ Todos os textos por mim escritos só me responsabilizam a mim e não às entidades a que estou agregado